
O amor em terras brasileiras

História do amor no Brasil.

DEL PRIORE, Mary.

São Paulo: Contexto, 2005. 330 p.

Del Priore, em *História do amor no Brasil*, faz uma grande arqueologia desse sentimento em nosso país. Aborda a concepção do amor desde o século XVI, quando o Brasil era ainda colônia de Portugal; passa pelo século XIX, com todo o seu *glamour*, com a presença do cientificismo e sua noção de progresso, a vinda para a Corte de cocotes e prostitutas, principalmente francesas e polacas, e os ares da *Belle Époque*, com seu charme e sedução; e chega ao século XX, abordando os momentos cruciais para a emancipação feminina com a chegada da pílula, que desvincula o prazer sexual da procriação. A autora também destaca nesse século as mudanças comportamentais pelas quais passa a humanidade com as duas grandes guerras mundiais, abordando a posição da mulher em constante disputa pelo mercado de trabalho e as transformações ocorridas nas relações familiares e na própria noção de maternidade.

O livro é composto por três grandes capítulos. O primeiro deles, "Primeiros tempos", trata do entendimento e da concepção do amor no Brasil Colônia e como esse sentimento foi administrado pela Igreja e pelo Estado de então, com forte apelo ao modelo imposto pelo colonizador português. O segundo capítulo cobre o século XIX, destacando o amor romântico, a diferença pequena desse sentimento nos grandes centros do segundo reinado, como São Paulo e Rio de Janeiro, sede da Corte, e no interior do Brasil, como nos engenhos nordestinos. O terceiro capítulo detém-se no século XX, indo desde a representação da mulher em modinhas populares até a revolução sexual, com seus ganhos e perdas, uma vez que se percebe, no enfoque de Del Priore, uma certa melancolia hoje acerca desse sentimento, apesar dos avanços inegáveis.

O amor cortês presente na poesia foi uma maneira encontrada pelas elites cultas do renascimento para driblar a repressão sexual, tanto presente na concepção cristã, do

casamento, quanto na hebraica. Dessa forma, o amor-paixão ficara restrito à literatura. Ainda que a moral do início da Idade Moderna tenha prescrito o recato e o pudor, o erotismo se fez presente com o "culto clandestino da pornografia". O erotismo ocupa o terreno da valorização das ações humanas da época e contrapõe-se ao espírito da Contra-Reforma, fazendo eclodir produções barrocas que colocavam em questão exatamente a dualidade espírito e carne.

Convivia com esse pensamento 'moderno' a prática de vender mulheres jovens para casar, sendo o amor excluído dessas transações, pois a paixão era tida como algo fatal. O casamento movido por sentimento era coibido entre pessoas que não estivessem dentro dos mesmos grupos mantenedores de poder, uma vez que, dessa forma, garantia-se a sucessão patriarcal entre os envolvidos.

A literatura do século XV ao XIX se encarregava de traçar o amor muito distanciado do cotidiano. Se, por um lado, a medicina e a Igreja se uniam em favor da manutenção de normas moralizantes em contenção à aclamação corporal, as descobertas ultramarinas dos séculos XV e XVI trouxeram para a cultura europeia outros saberes e valores, ampliando a gastronomia com alimentos afrodisíacos capazes de estimular os prazeres eróticos. Eram considerados afrodisíacos o açafrão, o cardamomo, a pimenta-negra, o gengibre, o gergelim e o pistache, além do âmbar e do almíscar, perfumes de origem animal. Do Novo Mundo, os europeus também conheceram, entre outros produtos, a banana e o amendoim.

O amor cantado em prosa e verso durante o período colonial está muito distanciado do dia-a-dia. O que é percebido, quase sempre, são práticas assimétricas entre os sexos, restando à mulher a sujeição ao poder patriarcal e machista, na esteira da evangelização católica. Havia duas concepções amorosas: uma voltada para o santo amor conjugal, e outra que podia ser vivenciada fora do casamento, com direito à realização física.

A partir do século XIX, duas concepções amorosas dentro do casamento parecem não se opor de todo, ainda que o monopólio espiritual do cristianismo tenha bastante acolhida. O século XIX altera o sentimento amoroso, acrescentando características mais humanas, digamos, de 'carne

e osso', e as obras literárias encarregam-se de dessacralizar o casamento, o qual passa a ser visto como um jogo de interesses em que o poder do dinheiro impunha-se mais fortemente.

Alguns exploradores que estiveram por aqui no século XIX, como Jean Ferdinand Dinis, em 1816, diziam que as mulheres brasileiras eram muito acanhadas, e que, no entanto, somente no Entrudo, ou seja, no Carnaval, expandiam-se em seus comportamentos recatados. O cientista francês Louis de Freycinet fala também das moças que driblavam as normas e conseguiam obter alguns beijos de seus namorados, ou mesmo um piscar de olho fortuito. Por volta de 1890, o namoro no Brasil ainda era muito vigiado, a despeito de nos Estados Unidos já haver uma curta liberdade.

A literatura romântica traz ares de modernidade quanto ao amor. Na esteira dos valores burgueses, esse sentimento passa a ser sinônimo de felicidade e, para que esse fosse efetivo, era necessário que fosse escolhido pelos próprios amantes. Na prática, entretanto, a escolha ainda estava presa a interesses de classes, com dotes, bem ao estilo do poder patriarcal.

Ainda no século XIX, de acordo com Gilberto Freyre, ocorriam casamentos após o rapto da donzela, reforçando a tendência de as uniões ocorrerem pura e simplesmente por afeição e não em obediência aos pais. E 'o escolhido' pela noiva era sempre alguém de fora da família ou da oligarquia. Em São Paulo, e mesmo no Nordeste, os casamentos estabeleciam-se normalmente entre integrantes da mesma classe social, tanto entre os da elite branca, quanto entre os pobres e libertos, mas o concubinato ocorria em grande parte da população com trabalho remunerado no período colonial.

Em uma sociedade conservadora, escravista e patriarcal como a brasileira, as mulheres européias que para aqui vinham, com hábitos mais libertos, como ir à rua sem a companhia do marido ou de um irmão, eram mal vistas e chamadas de "madames", ou seja, de "mulheres da vida". O livro publicado pelo médico Lassance Cunha, *A prostituição em particular na cidade do Rio de Janeiro* (1845), afirma que havia três classes de meretriz: as aristocráticas, instaladas em casas confortáveis e mantidas por ricos políticos e fazendeiros; as de "sobradinho", que trabalhavam em hotéis ou em casas de costureiras, ou as de rôtula; e as de escória, que ocupavam casebres ou mocambos, as "casas de passe" ou os zungus.

Associou-se a prostituição a valores burgueses como preguiça, luxo e prazer, opondo-se, portanto, àqueles familiares que priorizam o trabalho, a poupança e a felicidade, enquanto que a histeria foi facilmente associada à mulher pelos manuais de medicina, que mostravam o domínio do útero sobre o cérebro. O médico Rodrigo José Maurício Júnior, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, afirmava que "As mulheres nas quais predominavam uma superabundância vital, um sistema sangüíneo, ou nervoso muito pronunciado, uma cor escura ou vermelho, olhos vivos e negros, lábios de um vermelho escarlate, boca grande, dentes alvos, abundância de pêlos e de cor negra, desenvolvimento das partes sexuais, estão também sujeitas a sofrer dessa neurose" (p. 209).

O amor é valorizado no Romantismo – "ama-se o amor e não propriamente as pessoas" (p. 214) –, mas esse sentimento não deveria prevalecer acima da sociedade e de suas instituições. Entretanto, se o Romantismo valorizava o amor, bem ao gosto dos valores da burguesia, que insistia em vê-lo sublinhado, ainda que a força do dinheiro prevalecesse, no Realismo, principalmente com a obra da segunda fase de Machado de Assis, o amor perde o *status* e fica reduzido a casamentos por interesse, a adultérios e a círculos sociais cada vez mais calculistas, com heroínas sedutoras e exibidas.

O amor no Brasil do século XIX tingiu-se de cores não vistas na Europa, com o negro e o mulato passando a ocupar na escala social posição de destaque. Porém, segundo a autora, o século XIX foi hipócrita, uma vez que permaneceu atado aos valores da Igreja e depois aos da Ciência. Ambas impunham a contenção, seja enquanto preservação dos *bons costumes*, seja em nome do higienismo. Isso, entretanto, só na aparência, porque, na prática, praticava-se sexo longe das regras, ainda que os casamentos continuassem sendo regidos por normas bem estreitas, à mulher cabendo o recato, a discrição e a amabilidade, sendo a cerimônia imposta para o grupo social que se encontrava no topo da pirâmide.

O adultério, contudo, abria ao homem a possibilidade de exercer a sua sexualidade plena, pois com a esposa só era permitido aquilo que a não denegrise. Com as oriundas de escravos e mesmo aquelas trabalhadoras livres, o concubinato se fazia presente. E não faltaram na segunda metade do século XIX "romances para os homens". Essas obras circulavam em brochuras com "curiosidades terríveis", sobre o tema "sexo", envolvendo posições, obtenção de maior prazer

com esclarecimentos pormenorizados, tudo voltado ao interesse do homem.

A carta era pouco utilizada pela mulher como forma de correspondência amorosa, mas entre os homens isso ocorria com frequência, havendo, por exemplo, inúmeros registros de missivas de D. Pedro I à Marquesa de Santos, Domitila de Castro. Mas Domitila de Castro não foi o único *affaire* do Imperador, pois é sabido que ele freqüentava as prostitutas estrangeiras da Rua do Ouvidor. O monarca teve 43 filhos bastardos, de acordo com registros do ex-oficial austríaco Carl Schlichthorst, quando esteve na Guanabara entre 1824 e 1826.

Na passagem do século XIX para o XX, ocorrem mudanças comportamentais e o casamento não poderia ficar imune a elas. “Os casais começam a se escolher porque as relações matrimoniais tinham sido fundadas no sentimento recíproco. O casamento de conveniência passa a ser vergonhoso e o amor... bem, o amor não é mais uma idéia romântica, mas o cimento de uma relação” (p. 231).

“Época de transição e de modernização”, nas palavras de Gilberto Freyre. Tudo muda, a técnica passa a influenciar a todos, inclusive em suas relações afetivas. As mulheres ocupam mais a rua, isto é, circulam mais no espaço público, e algumas delas começam a trabalhar fora do lar, apesar de suas restrições. Antônio da Rocha Barreto Correios, “quando chefe dos Serviço (sic!) do Correio, [ressalta] a inaptidão das moças no tráfego postal”, encerrando assim a idéia de que as mulheres eram “incompatíveis para certos cargos”. Em relação ao sufrágio feminino, não era diferente a reação.

Para João do Rio, cronista do início do século XX, no Rio de Janeiro, havia uma preocupação intensa de cantar o amor. “E, segundo ele, cantava-se todo o tipo de amor: o trágico, o irônico, o lírico, o desconsolado, o triste, o zangado, o idílico, o acanhado, o descritivo, o trocista e até enfatiza – o ideal” (p. 239).

O século XX, de fato, libertou o corpo da mulher e também o do homem. O banho de mar virou moda. “Os homens de camisa listrada e de calças até os tornozelos; senhoras e moças de grossas baetas azuis que cobriam todo o corpo” (p. 243). O culto ao corpo, com a construção de ginásios, a formação de professores de ginástica e a circulação dos manuais de medicina, incentiva a prática esportiva. Teóricos do início do século XX, como Sabbathier, Amoros, Tissot ou Pestalozzi, imprimiram novos métodos visando à potencialização das forças físicas. O corpo feminino esguio, com a roupa mais colada, irrompe

com o século, desvencilhando a mulher do espartilho, dos cabelos longos e dos sapatos altos.

O Código Civil de 1916 reproduzia o Direito Canônico com a presença da indissolubilidade do casamento. O Papa Pio XI apresenta documentos em que condenava a mulher que saía de casa para trabalhar, “por causa da mesquinhez do salário paterno” (p. 248).

Nos casamentos do início do século XX entre os membros da elite, ainda prevalecia a endogenia. Tal atitude, comum no século XIX, foi trazida para o novo século como uma forma de as famílias reagirem às mudanças administrativas advindas com burgueses estrangeiros e comerciantes enriquecidos que se estabeleciam, principalmente, em São Paulo. O casamento era bastante valorizado e os atores envolvidos deveriam assumir a incumbência precípua do enlace que era tornarem-se papai e mamãe. Os filhos e o sexo para procriação justificavam qualquer sacrifício.

Só o casamento poderia ser receptor do sexo higiênico e decente. Por isso, era incentivado como uma maneira de normalizar o convívio, sendo evocados os santos que pudessem ajudar o encontro de um parceiro, como Santo Antônio e São Gonçalo do Amante. Dizia o criminalista Lambroso, da Escola Positivista Italiana, em sua ginofobia, que “O amor da mulher pelo homem não é um sentimento de origem sexual, mas uma forma destes devotamentos que se desenvolvem entre em ser inferior e outro, superior” (p. 262).

Assim, o celibato era condenado, e as *sufragettes*, portadoras de um discurso mais libertador, eram ridicularizadas por reivindicarem o direito de voto. Após a Primeira Guerra Mundial, entretanto, houve no Ocidente uma mudança comportamental jamais vista. Aqueles anos foram chamados, por isso, de “anos loucos”, tal o impacto causado pelas inovações tecnológicas como o rádio, o telefone e o avião. Os relacionamentos afetivos tornaram-se mais livres, se comparados aos do século anterior. Mesmo assim, a *garçonne*, como era chamada a mulher que se vestia com saia curta, *com as pernas à mostra*, com meias de seda, chapéu *cloche*, sapatos com saltos baixos e cigarreiras, chocava os mais conservadores da época.

Tarsila do Amaral, uma típica representante da família tradicional paulista, causou bastante frenesi ao manter vários relacionamentos, entre os quais um com o modernista Oswald de Andrade. Entretanto, o Código Civil da época ainda “previa a nulidade de casamento quando constatada pelo marido a não virgindade da noiva” (p. 260).

Como o homem sempre possuiu prerrogativas sobre a mulher, até a Ciência vinha em abono daquele. Por isso, os crimes passionais, se praticados pelo homem, encontravam acolhida em teorias, como a liderada pelo criminalista Lombroso, que justificava a privação da vontade, sob forte impulso psicológico, em caso de uma paixão – masculina – manchada pela desonra.

Com o advento da industrialização, principalmente, em São Paulo, novas uniões surgem, não nos moldes do casamento burguês. “Longe de ser fruto de ignorância ou irresponsabilidade, como acusavam médicos higienistas e juristas, essa classe trabalhadora possuía uma cultura diversa daquela das elites” (p. 266). Não raro, as fábricas eram tidas como lugares de perdição da mulher, uma vez que ela ‘abandonara’ o lar para trabalhar, e, como não havia leis trabalhistas mais rígidas, muitas vezes, as mulheres se tornavam presas fáceis de chefes inescrupulosos. A operária Luzia Ferreira de Medeiros, por exemplo, chegou a dar seu depoimento sobre o que acontecia na Fábrica de Têxtil Bangu, no subúrbio do Rio de Janeiro, acerca dos assédios a colegas de trabalho durante a Primeira Guerra.

A indústria cinematográfica de Hollywood, por sua vez, surge nessa mesma época, colocando a serviço do grande público valores da cultura norte-americana, e seus personagens trazem a noção do chamado amor autônomo. Trata-se de um relacionamento em que os amantes dispensam opiniões da sociedade, de pais ou de parentes, e esse relacionamento é movido somente pelo sentimento. Nesse contexto, a mulher frágil, delicada, é substituída pela *vamp*, de curvas avantajadas e insinuantes, como as atrizes americanas.

Com a modernização das grandes cidades e o *footing*, o namoro sofre alterações. “A praça do Ferreira em Fortaleza, as alamedas de São Paulo, a rua 15 de Novembro em Curitiba, a rua Chile em Salvador, a rua da Praia em Porto Alegre, o Largo do Palácio em Florianópolis, a avenida Rio Branco no Rio de Janeiro, eram as artérias por onde circulavam milhares de homens e mulheres entre o *footing*, e o *flirt*” (p. 277). Entretanto, as moças continuavam sendo vigiadas, e preservadas para o matrimônio burguês. Para tanto, os seus passeios só iam até as 21 horas, e elas eram acompanhadas, para serem evitadas as tentativas eróticas.

Entre os fins dos anos 1930 e 1940, as uniões ocorrem com a participação mais ativa dos casais, diferentemente de outras épocas quando

os casamentos eram arranjados por famílias, por interesses além do sentimento. A aproximação sexual tornou-se mais imediata, e o carro passa a ser utilizado como espaço de prazer.

Após a Segunda Guerra Mundial, a classe média urbana dispõe de atrativos como a piscina dos clubes, o cinema, as excursões e as viagens com uma certa liberdade antes pouco vista. O beijo cinematográfico se popularizou, além da circulação de revistas voltadas para o público feminino, como *Querida, Vida Doméstica, Você, Jornal das Moças*, e a seção feminina de *O Cruzeiro*.

Em meados do século XX, apesar de todos os avanços, o melhor lugar para a mulher ainda era o lar, segundo a historiadora Carla Bassanezi, que estudou as relações entre homens e mulheres em revistas femininas da época. A revista *O Cruzeiro*, em sua seção feminina, recomendava às moças que se mantivessem virgens até o altar, para que não estragassem a felicidade do casal, como uma maneira de coibir as formas licenciosas presentes nos filmes de Hollywood.

Apesar de todas as mudanças comportamentais, os casamentos ainda aconteciam de acordo com a opinião da família, isto é, a paixão ainda deveria estar submetida à razão. À mulher estava reservado o maior quinhão de responsabilidade para com a felicidade no lar. Ela deveria estar à disposição de seu marido e da família a qualquer momento. Deveria ser prendada, recatada, mas, ao mesmo tempo, esmerada em sua aparência, para que o homem não se sentisse atraído pelas mulheres da rua.

Vejamos o que recomenda o *Jornal das Moças* em outubro de 1955: “A mulher tem uma missão a cumprir no mundo: a de completar o homem. Ele é o empreendedor, o forte, o imaginoso. Mas precisa de uma fonte de energia [...] a mulher o inspira, o anima, o conforta [...] a arte de ser mulher exige muita perspicácia, muita bondade. Um permanente sentido de prontidão e alerta para satisfazer às necessidades dos entes queridos”. Isso mostra, evidentemente, a assimetria no relacionamento entre homem e mulher.

Em 1942, o artigo 315 do Código Civil estabeleceu a separação sem a dissolução do vínculo, ou seja, instituiu o desquite. A mulher desquitada, então, era mal vista e qualquer deslize seu era motivo para a perda da guarda dos filhos. Mas, apesar do preconceito, os censos demográficos entre 1940 e 1960 apontavam para o aumento das separações. Entre a burguesia, outras uniões ocorriam através de contratos formais ou de casamentos no exterior.

Os anos 60 e 70 do século XX promoverão a chamada "revolução sexual", com conquistas até então nunca vistas devido à descoberta da pílula anticoncepcional, que desvinculou a mulher do sexo ligado à procriação, promovendo uniões fortuitas. Entretanto, a Igreja ainda exercia forte coerção.

Mesmo com o movimento *hippie*, os Beatles e a pílula, a mulher, na década de 70, ainda era vista em sua exterioridade, isto é, a liberação sexual, em certo sentido, só fez acentuar o quanto ela ainda precisava caminhar em sua proposta de relações simétricas entre os gêneros. Ela, muitas vezes, foi colocada como fator de entretenimento, de objeto de prazer, não sendo vista em sua dimensão emocional e afetiva.

O tempo passa e as mudanças continuam ocorrendo. Se por um lado ainda se valoriza a virgindade, o "amor-paixão e [o] prazer sexual passam a ser cada vez mais valorizados e a modernização da família e da moral se irradia até a base da sociedade" (p. 311). As uniões tendem a ser mais simétricas, com a discussão do prazer, do orgasmo, número de filhos, trabalho doméstico, divisão de tarefas, trabalho fora para a mulher...

Os anos 1980 chegam trazendo a *aids* como outra forma de controle da sexualidade, mas a Igreja já havia perdido espaço de coerção sobre a família, sobre a mulher, sobre todos e tudo. Entretanto, não se sabe ao certo se as conquistas constituem de fato ganhos, ou somente uma forma de armadilha. Del Priore coloca a resposta para os historiadores de amanhã (p. 312).

A sexualidade e o amor foram administrados ao longo da história da humanidade. Com as revoluções comportamentais, advindas, principalmente, com a pílula anticoncepcional e o movimento *hippie*, como vimos, a sexualidade libertou-se.

Hoje, passados quarenta anos, não é mais possível identificar-se a coerção do passado imposta à pulsão sexual, e a escolha de parceiros não é aceita fora do círculo dos interessados, o que contraria a norma que priorizava o econômico, entre os das classes abastadas, e a

sobrevivência, entre os casais pobres. O prazer, hoje, entretanto, é perseguido a qualquer custo, sendo visto como prioritário no rito da aproximação de corpos.

No passado, o amor romântico, inspirado nos trovadores medievais, guardava uma certa mística entre os amantes ao acenar com o amor-paixão; hoje, por outro lado, ainda que toldado pelos valores vigentes, esse sentimento ressurgiu na esteira do livre arbítrio da modernidade, que instituiu o fundamento precípua do ser humano, a liberdade, coincidindo, não só no Brasil, com a urbanização das cidades e o acesso ao bem-estar.

Mas hoje o amor pode ser lido em duas chaves: por um lado, prega a liberdade, e essa tem seu preço; por outro, a possibilidade da sublimação do ato sexual em nome dos bons costumes, da família e da estabilidade financeira. E o *preço pago*, muitas vezes, vem com a vulgarização, a rejeição e o "desencantamento dos corações".

História do amor no Brasil, de Mary Del Priore, é uma obra importante por seu leque de abrangência, do século XVI até os dias atuais, perseguindo as várias concepções do amor, sentimento esse tão administrado, mas que, muitas vezes, tem sido pouco vivenciado de fato pela mulher. Nessa obra, a autora volta à abordagem feita em outras como *História das mulheres no Brasil*, *História das crianças no Brasil* e *Histórias do cotidiano*, em que são priorizados os acontecimentos não valorizados pela história factual dos grandes feitos heróicos.

Referências bibliográficas

DEL PRIORE, Mary. *História do cotidiano*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

Sandra Sacramento ■
Universidade Estadual de Santa Cruz,
Ilhéus, BA